

parecer, remetendo-os para a análise e decisão final da Câmara Municipal.

17 — Um técnico da Câmara Municipal fiscalizará as obras e os apoios concedidos serão disponibilizados em função das disponibilidades da Câmara Municipal e à medida do bom andamento das mesmas obras, em função do prazo de execução previsto.

18 — Os casos omissos serão decididos por deliberação da Câmara Municipal;

19 — Os beneficiários ficam obrigados a assinar a declaração de compromisso em anexo ao presente Regulamento e que dele faz parte integrante.

20 — O presente Regulamento revoga o anterior sobre a mesma matéria e entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

Declaração de compromisso a que se reporta a cláusula 19 do Regulamento dos Apoios em Cedência de Materiais de Construção e Utilização de Maquinaria e Mão-de-Obra Municipais para Obras Particulares de Agregados Familiares Carenciados no Município das Lajes das Flores.

F ..., abaixo assinado, declara, por este meio, para os devidos e legais efeitos, sob compromisso de honra, que reúne todas as condições, de facto e de direito, previstas no Regulamento dos Apoios em Cedência de Materiais de Construção e Utilização de Maquinaria e Mão-de-Obra Municipais para Obras Particulares de Agregados Familiares Carenciados no Município das Lajes das Flores para poder beneficiar dos apoios nele contemplados, obrigando-se, por esta forma, a respeitar integralmente todas as condições no mesmo Regulamento estabelecidas para a percepção do apoio requerido.
(Data e assinatura)

25 de Fevereiro de 2002. — O Presidente da Câmara, *João António Vieira Lourenço*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

Aviso n.º 2959/2002 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidades referentes ao pessoal desta Câmara Municipal, reportada a 31 de Dezembro de 2001, se encontra afixada no edifício dos Paços do Município, ou na Secção de Pessoal desta autarquia para consulta do respectivo pessoal.

O prazo de reclamação, conforme determina o n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma legal, é de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

28 de Fevereiro de 2002. — O Vice-Presidente da Câmara, *Silvestre Mangerona Fernandes Andrade*.

Aviso n.º 2960/2002 (2.ª série) — AP. — Dr. Manuel Carriho Bugalho, presidente da Câmara Municipal de Marvão:

Torna público que, em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por despacho de 27 de Fevereiro de 2002, foi rescindido o contrato a termo certo, a tempo parcial, com a funcionária Sandra Gomes Miguel, na categoria de animador cultural, a partir do dia 1 de Março de 2002.

4 de Março de 2002. — O Presidente da Câmara, *Manuel Carriho Bugalho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MESÃO FRIO

Aviso n.º 2961/2002 (2.ª série) — AP. — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os efeitos do artigo 96.º do mesmo diploma, avisa-se que se encontra afixada no placard exterior junto à 1.ª Secção da Divisão Administrativa e Financeira, a lista de antiguidade dos funcionários do quadro deste município, referida a 31 de Dezembro de 2001.

1 de Março de 2002. — O Presidente da Câmara, *Marco António Peres Teixeira da Silva*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA

Aviso n.º 2962/2002 (2.ª série) — AP. — *Revisão do Plano Director Municipal.* — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º e n.º 2 do artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal de Mira deliberou, em reunião de 13 de Fevereiro de 2002 elaborar a revisão do Plano Director Municipal.

De acordo com o n.º 2 do artigo 77.º do mesmo diploma, encontra-se a contar da data de publicação em *Diário da República*, por um prazo de 45 dias, um período de participação pública.

Durante este período os interessados poderão, junto do Gabinete de Planeamento e Sistemas de Informação Geográfica, apresentar sugestões ou esclarecimentos e obter informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito da elaboração da revisão do referido Plano Director.

As sugestões ou observações deverão ser apresentadas por escrito em documento devidamente identificado.

25 de Fevereiro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Mário Ribeiro Maduro*.

Aviso n.º 2963/2002 (2.ª série) — AP. — *Alteração ao Plano Director Municipal.* — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º e n.º 1 do artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal de Mira deliberou, em reunião de 13 de Fevereiro de 2002 proceder à alteração do Plano Director Municipal, na área indicada em planta anexa (Zona Industrial do Montalvo).

De acordo com o n.º 2 do artigo 77.º do mesmo diploma, encontra-se, a contar da data de publicação no *Diário da República*, por um prazo de 45 dias, um período de participação pública.

Durante este período os interessados poderão, junto do Gabinete de Planeamento e Sistemas de Informação Geográfica, apresentar sugestões ou esclarecimentos e obter informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito da elaboração da enunciada alteração.

As sugestões ou observações deverão ser apresentadas por escrito em documento devidamente identificado.

25 de Fevereiro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Mário Ribeiro Maduro*.

